



CARTA ABERTA AOS PARTIDOS POLÍTICOS PEDIMOS CLAREZA E TRANSPARÊNCIA

Compromissos eleitorais para a Administração Pública

Os recentes desenvolvimentos da situação política do nosso país, que resultaram na dissolução da Assembleia da República e na convocação de eleições legislativas antecipadas, tiveram como consequência a interrupção de uma legislatura que a FESAP considera que representava um exemplo a seguir no que respeita ao investimento na negociação e na contratação coletiva em geral, mas muito em particular no setor da Administração Pública, no qual estava em pleno desenvolvimento e cumprimento um conjunto de compromissos com vista à valorização das carreiras e dos trabalhadores, trazendo, naturalmente, claros benefícios também para os serviços públicos.

Desde logo importa salientar que a FESAP tem como propósito, para a nossa sociedade, o combate à desigualdade e a potenciação do crescimento económico e social, justo e ao serviço do bem comum, pelo que defende o reforço do Estado Social, assente no princípio da igualdade de oportunidades, como caminho a prosseguir tendo em vista a melhoria das condições de vida e de trabalho de todos os cidadãos, aumentando o investimento, nomeadamente no Serviço Nacional de Saúde, na Escola Pública, na acessibilidade de habitação condigna para todos, numa Justiça célere e acessível a todos, numa Segurança Social com novas formas de financiamento.

A FESAP considera por isso que, no período de pré-campanha eleitoral para as eleições legislativas de 10 de março de 2024, os partidos políticos devem assumir compromissos que sinalizem que o esforço negocial que estava a ser desenvolvido terá continuidade no horizonte da próxima legislatura, incluindo, nomeadamente, não só o cumprimento, mas também, como vinha acontecendo, um trabalho constante de melhoria do Acordo Plurianual assinado com o Governo de Portugal em outubro de 2022.

Nesse sentido, a FESAP elenca um conjunto de temas relacionados com os salários e as carreiras dos trabalhadores da Administração Pública, bem como com o investimento nos serviços públicos, temas esses que devem ser incluídos nos programas eleitorais e, consequentemente, nos eventuais programas de governo dos partidos políticos que concorrem às próximas eleições, e serem discutidos e debatidos no âmbito da campanha eleitoral que se avizinha, nomeadamente:

Negociação coletiva



A legislatura que foi abruptamente interrompida marcou, de forma indelével, uma modificação do paradigma a que vínhamos assistindo em legislaturas anteriores, durante as quais o diálogo social e a negociação coletiva foram deslocadas do âmbito das organizações representativas dos trabalhadores para o âmbito político-partidário, sendo as medidas relacionadas com a Administração Pública frequentemente utilizadas como moeda de troca para votações parlamentares e outras negociações partidárias, para se aproximar daquilo que deve ser a regra num estado de direito democrático, baseado na promoção do diálogo entre os vários atores sociais, políticos e económicos, com vista ao alcance de plataformas sólidas de entendimento que permitam que o crescimento económico e social do país aconteça de forma integrada e solidária.

A FESAP considera por isso essencial que, seja qual for a solução governativa que venha a ter lugar, todos os partidos políticos assumam claramente nos seus programas eleitorais que pugnarão pela valorização do diálogo social e da negociação coletiva, levados a cabo nas sedes legalmente previstas, de modo a que, em conjunto com as organizações sindicais, seja possível desenvolver processos negociais com o objetivo de alcançar acordos, anuais ou plurianuais.

A FESAP sublinha, desde já, a sua inteira disponibilidade para participar empenhadamente em todas as negociações que venham a realizar-se, independentemente do governo que venha a tomar posse na sequência das eleições do próximo dia 10 de março.

Valorizar os serviços públicos, as carreiras e as remunerações

É assim essencial que sejam assumidos compromissos por parte dos partidos políticos que garantam, não só o cumprimento dos acordos existentes, mas também o desenvolvimento de processos de negociação que sejam consequentes no que respeita à valorização dos trabalhadores e das carreiras, e da melhoria dos serviços prestados aos cidadãos.

A FESAP considera ainda que será desejável a celebração de acordos plurianuais que permitam prosseguir o caminho de real valorização e recuperação do poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública, em estrito cumprimento do princípio da anualidade dos aumentos salariais.

É imperativo que seja abandonada, em definitivo, a política de baixos salários, cessando a trajetória de aproximação do salário médio ao salário mínimo e que não voltem a verificar-se fenómenos de absorção de posições da Tabela Remuneratória Única (TRU) por via do aumento do salário mínimo, o qual, considera a FESAP, não deve ser aplicado à Administração Pública, sendo um dever dos partidos políticos posicionarem-se claramente quanto à que consideram que deva vir a ser a trajetória de crescimento do salário mínimo e de progressivo afastamento da Base Remuneratória da Administração Pública (BRAP) face àquele, dando, simultaneamente, garantias quanto à abertura de concursos de promoção e de desenvolvimento das progressões nas carreiras.

10

Deve igualmente ser assumida, nos programas eleitorais dos partidos, a continuação do trabalho de revisão e valorização das carreiras gerais (técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais) e das carreiras especiais, bem como das carreiras não revistas, nomeadamente dos oficiais de justiça, dos vigilantes da natureza, dos professores, da polícia municipal, da fiscalização municipal, dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, da investigação científica, do Tribunal de Contas, da reinserção social, das inspeções (ACT, ISS, ADC, IGFSS, IMPIC e Inspeção de Jogos), dos técnicos superiores de saúde, da medicina legal, da administração hospitalar, dos bombeiros, das forças de segurança, entre outras.

A FESAP quer negociar as remunerações de ingresso e de topo das carreiras especiais (técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, enfermeiros, etc.), sendo também relevante ter conhecimento da posição dos partidos políticos no que respeita à negociação da contagem de todo o tempo de serviço em todas as carreiras para efeitos de progressão, com especial enfoque para o caso dos professores, assim como as correspondentes compensações para todas as carreiras que usufruíram de recuperação de pontos, mas que ocorreram de forma equivalente e que se impõe regularizar com a recuperação do tempo de serviço, por forma a um tratamento equitativo (como aconteceu, por exemplo, nas carreiras gerais).

Devem ainda ser conhecidas as posições adotadas por cada partido no que respeita à criação de novas carreiras especiais, que considerem as especificidades das funções desempenhadas pelos assistentes técnicos e pelos assistentes operacionais, em setores como a saúde, a educação, a justiça, as autarquias, a segurança social, entre outros.

A FESAP defende a adoção do vínculo único na Administração Pública enquanto forma de resolver as injustiças que continuam a verificar-se em variados locais de trabalho, afetando, sobretudo, os trabalhadores com contrato individual de trabalho do setor da saúde, onde, diariamente, lado a lado, encontramos trabalhadores a desempenharem as mesmas funções sem que usufruam dos mesmos direitos no que respeita a questões tão básicas como o horário de trabalho e o salário.

Suplementos remuneratórios

A FESAP defende uma avaliação rigorosa dos suplementos remuneratórios, sendo particularmente prioritária a atribuição de suplementos de penosidade, insalubridade e risco a todos os trabalhadores cujas condições de trabalho assim o justifiquem, nomeadamente os que desempenham as suas funções nas forças de segurança, nos bombeiros, na fiscalização municipal, na justiça, entre outras.

Melhorar o sistema de avaliação

Não obstante a recente revisão do SIADAP, fruto de intensa negociação com a FESAP, continuamos a ter um sistema que, apesar de permitir progressões mais rápidas e que mais trabalhadores possam alcançar o topo das respetivas carreiras, mantém-se como um



sistema de avaliação caracterizado pela existência de quotas, as quais representam, inevitavelmente, um entrave para que exista um real reconhecimento do mérito individual de cada trabalhador e que fomenta injustiças nos locais de trabalho.

Impera por isso a necessidade de continuar a trabalhar num sistema de avaliação justo e premiador do mérito, que contribua para a motivação dos trabalhadores e para a constante melhoria dos serviços prestados aos cidadãos.

Por outro lado, devem iniciar-se processos de revisão dos SIADAP adaptados, como são os casos dos sistemas aplicados aos enfermeiros, aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, aos oficiais de justiça, às carreiras de inspeção externa do Estado, entre outras.

As carreiras e a tabela remuneratória única

A Tabela Remuneratória Única (TRU) deve estar em permanente análise, devendo ser anualmente revista de modo a evitar injustiças que possam resultar da compressão salarial dos níveis remuneratórios das várias carreiras, cujos desenvolvimentos remuneratórios devem também ser analisados anualmente e, eventualmente revistos, pelo que se exige **que sejam conhecidas as posições dos vários partidos sobre as soluções que podem ser adotadas para a correção das injustiças que vigoram atualmente.**

IPSS e Misericórdias

É necessário que haja um reforço da negociação coletiva nas IPSS e nas Misericórdias, de forma a caminhar-se para a convergência com os salários e as carreiras da Administração Pública.

Precariedade crescente

Depois de um programa de regularização (PREVPAP) que ficou aquém das expectativas e das necessidades, assistimos a uma nova vaga de crescimento do emprego precário na Administração Pública, calculando-se que sejam hoje cerca de 90 mil os trabalhadores que não podem encarar o futuro com segurança e otimismo devido ao facto de terem um vínculo laboral precário, **sendo por isso fulcral que os partidos encarem claramente este problema como uma prioridade, assumindo desde já o compromisso de iniciar um novo processo de regularização de vínculos que tenda a eliminar a precariedade no setor público.**

O teletrabalho na Administração Pública

Permanecem por resolver as questões ligadas à regulamentação e à aplicação da legislação sobre teletrabalho à Administração Pública, mantendo-se uma situação intolerável, em que

é exigido grande rigor ao setor privado no que respeita ao cumprimento das normas em vigor ao mesmo tempo que não são respeitadas essas mesmas normas quando em causa estão os direitos dos trabalhadores dos serviços públicos, nomeadamente quanto ao pagamento das despesas acrescidas que decorrem da prestação de trabalho neste regime.

É por isso necessário perceber de que modo cada partido político pretende abordar e resolver esta situação, sendo de notar que, a este respeito, a FESAP defende a adoção de um regime de prestação de trabalho híbrido entre presencial e não presencial, voluntário, reversível, que não esqueça o direito a “desligar”, e que não contribua, nem para a desregulação, nem para a individualização das relações de trabalho.

Transição digital, formação e qualificação

A implementação de medidas relacionadas com o investimento na transição digital, na formação e na qualificação do setor público, com enfoque nas necessidades dos trabalhadores nestas áreas, tendo em vista a construção de uma Administração Pública mais moderna e capaz de responder de forma eficiente e eficaz aos novos desafios, **permanece como incógnita, sendo estas matérias de grande importância sobre as quais deve existir amplo consenso no seio partidário**, devendo ser desenvolvidas negociações e audições de modo a que as organizações sindicais e os trabalhadores possam ser parte ativa no processo de construção de soluções que contribuam para o aumento da eficácia das medidas a implementar.

Fiscalidade “amiga” do trabalho e dos trabalhadores

É de grande importância que os partidos políticos sejam claros e objetivos no que respeita à política fiscal e à fiscalidade que pretendem adotar caso venham a formar governo, sendo que a FESAP defende que deve continuar-se a seguir o caminho da redução da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, em particular em sede de IRS.

ADSE pública, participada e de acesso universal

A FESAP defende uma ADSE pública e de participação repartida entre os beneficiários e as entidades empregadoras, já que, no modelo atual, são apenas os beneficiários a suportar integralmente o sistema sem que, porém, tenham capacidade de gestão, que se mantém totalmente na esfera estatal.

Tendo em vista a manutenção da sustentabilidade da ADSE, qualquer modelo que venha a ser adotado, e que assuma a diminuição da contribuição dos beneficiários, deve igualmente prever a devida compensação através da participação das entidades empregadoras.

A FESAP defende ainda a universalidade de acesso de todos os beneficiários no que concerne aos cuidados de saúde, pelo que devem ser envidados todos os esforços

necessários para que não exista discriminação entre interior e litoral nem entre território continental e território insular, devendo ser uma prioridade do Conselho de Administração o combate a essa discriminação, através da celebração do alargamento das convenções com entidades prestadoras de cuidados de saúde em todo o território nacional.

É importante que cada partido político partilhe e assuma a visão que tem para a ADSE e para o seu futuro.

Reinscrição na Caixa Geral de Aposentações

Deve ser garantida a possibilidade de reinscrição na Caixa Geral de Aposentações a todos os trabalhadores da Administração Pública que, no passado, já estiveram inscritos, mas que, por algum motivo, deixaram de estar.

Reter a competência melhorando o planeamento e a gestão

É imprescindível que os partidos políticos encarem de forma séria e prioritária a necessidade de reformar os modelos de planeamento e gestão dos serviços da Administração Pública, tornando-os mais eficazes e eficientes, bem como as políticas de admissão e de retenção de competências em todas as áreas profissionais, especialmente nas carreiras gerais (técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais).

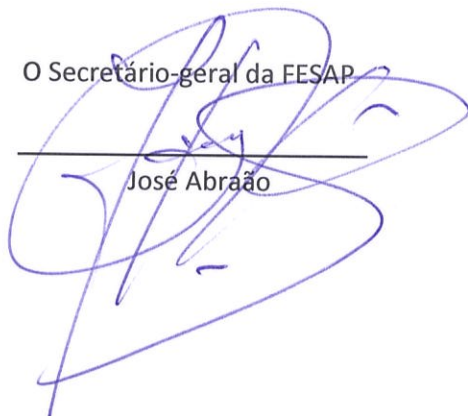
Urge a tomada de medidas que aumentam a atratividade do emprego público, investindo, nomeadamente, em políticas salariais e de carreiras aliantes no que respeita aos horizontes de desenvolvimento pessoal e profissional que proporcionam.

Negociação e compromisso

Finalmente, a FESAP sublinha a matriz negocial dos sindicatos que compõem a Federação, apresentando total disponibilidade e empenho na negociação coletiva, consubstanciada no desenvolvimento de processos de âmbito global ou setorial, que permitam alcançar resultados, traduzidos na celebração de acordos, anuais ou plurianuais, pelo que insta todos os partidos políticos a assumirem as suas posições sobre estas e outras matérias relevantes no âmbito da Administração Pública, que hoje, mais do que nunca, se assume como eixo fundamental do desenvolvimento económico e social do nosso país.

Lisboa, 31 de janeiro de 2024

O Secretário-geral da FESAP



José Abraão